

Cabral considera acusações absurdas

BRASÍLIA — O Relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), considera absurdas, infundadas e inaceitáveis as acusações de que extrapolou suas atribuições, alterando o mérito do texto aprovado no primeiro turno de votação do plenário. Ao tomar conhecimento da "Carta de Foz do Iguaçu", subscrita pelas Associações Comerciais do Paraná, ele respondeu às críticas, afirmando que "o assunto é tão mal colocado e impropriamente abordado que nem resposta merece".

Bernardo Cabral pretende encerrar a polémica com uma afirmação tranqüila:

— Quem acusa de forma precipitada terá que se penitenciar quando estiver concluído o trabalho de redação e publicação de erratas.

O Relator se defende das acusações com documentos sobre o trabalho que fez até agora sobre o texto aprovado pelos constituintes, como cartas dos Delegados de Polícia, isentando-o do erro que motivou a primeira acusação. Ele explicou que os Delegados se apressaram em inocentá-lo pelo erro na remissão a um artigo sobre a equiparação salarial da categoria aos promotores, aprovado pelo plenário:

— Eles fizeram a remissão ao texto



Cabral: Acusações são precipitadas

da Comissão de Sistematização, quando o correto seria a remissão ao texto-base do Centrão. Este, como muitos outros equívocos, foi prontamente corrigido por mim, um dia antes da publicação das acusações, numa prova clara de que não houve

consulta ao Relator e muita precipitação na denúncia.

Para explicar seu trabalho, Cabral lembra que pela primeira vez foram elaborados um quadro sinóptico e um índice temático, para facilitar a consulta até aos leigos em matéria constitucional.

O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, recebeu ontem uma cópia da "Carta de Foz do Iguaçu", mas preferiu analisá-la com mais tempo para dar sua opinião. Já o Líder do PFL, Deputado José Lourenço (PFL-BA), considerou o texto uma prova do "desconhecimento do processo legislativo", porque "todos os dispositivos foram aprovados por maioria absoluta". Ele admitiu que as únicas emendas que não receberam 280 votos individualmente foram votadas em bloco, mas completou que "ninguém protestou contra esta votação".

O Deputado Paulo Ramos (sem partido-RJ) explicou que o acordo de lideranças foi um entendimento prévio, depois submetido ao plenário para receber aprovação de pelo menos 280 constituintes. Para Ramos, os empresários pretendem "desacreditar a Constituinte para suprimir os avanços sociais conseguidos pelos trabalhadores".

Tributarista sugere recomeçar tudo

O tributarista paulista Ives Gandra, um dos quatro autores da Carta de Foz do Iguaçu, justifica com o Artigo 3º da Emenda Constitucional que instalou a Assembléia Constituinte o argumento dos comerciantes paranaenses de que boa parte da nova Carta não passará de um exercício acadêmico, já que terá sido, segundo eles, mais um fruto de acordo de lideranças do que de votação em plenário. Ives Gandra ressalta que o artigo estabelece que a Constituição será promulgada depois da aprovação de seu texto — em dois turnos de discussão e votação — pela maioria absoluta de seus membros.

— Para remediar essa situação, o ideal seria que os constituintes esquecessem tudo o que fizeram e começassem de novo, aprendendo a lição. Ou, então, que trabalhassem

a partir de agora como se o texto do Relator Bernardo Cabral fosse uma proposta de primeiro turno — afirmou Gandra, ontem, em São Paulo.

O Artigo 3º da Emenda explicita que o mesmo texto tem que ser aprovado duas vezes por 280 votos. O tributarista argumenta que o texto do Relator Bernardo Cabral, que servirá como base para a votação de segundo turno não terá esse peso, pois invalidará o que já foi votado irregularmente.

— Depois de mais de um ano e meio de trabalho, teremos um texto péssimo que comprometerá a validade jurídica e a legalidade da nova Constituição — alerta Gandra, observando que o Relator teria alterado praticamente todo o texto aprovado no primeiro turno.

O Professor de Direito Constitucional Celso Bastos, da PUC de São

Paulo, tem a mesma opinião. Ele ressalta que as matérias constitucionais só poderiam ser aprovadas mediante dois turnos de votação "e não através de manipulações".

— A nova Constituição não terá condições de ser inteiramente aplicada, senão levando o País ao caos.

Como "solução otimista", Bastos sugere que o Poder Judiciário assumira o problema, através de interpretações junto ao STF. Também acha que um pacto nacional — no qual todos façam "vista grossa" ao cumprimento imediato dos dispositivos — poderia viabilizar a nova Constituição. Outra opção, segundo ele, seria a apresentação de uma emenda formal à nova Carta, dois ou três anos após a sua promulgação, corrigindo os erros cometidos.

Comerciantes do Sul ameaçam recorrer ao STF

CURITIBA — A Federação das Associações Comerciais do Paraná poderá recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), arguindo a inconstitucionalidade do texto aprovado pela Constituinte, caso não seja levado em conta pelos parlamentares o alerta feito pelos comerciantes paranaenses na Carta de Foz de Iguaçu, divulgada no encerramento da 44ª Sessão Plenária da entidade, no último fim de semana. Os comerciantes criticam a frequência com que os acordos de liderança estão sendo utilizados para a aprovação do texto — o que significaria o não cumprimento da Emenda Constitucional 26/85, que convocou os trabalhos de elaboração da nova Carta.

Segundo o Presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná, Carlos Alberto Pereira de

Oliveira, a aprovação por acordo de lideranças não está prevista na Emenda. Ele lembra que a convocação estabeleceu que as decisões deveriam ser tomadas por maioria absoluta de seus membros.

— O texto que será apreciado no segundo turno, elaborado pelo Relator Bernardo Cabral, não é fiel ao que foi debatido e aprovado no primeiro turno. Em vários artigos, o Relator não se limitou a alterações formais, mas mexeu também no conteúdo, anulando portanto o que fora decidido no primeiro turno — afirmou Oliveira. No entanto, ele não citou nenhum exemplo de adulteração de conteúdo promovida por Cabral.

O 44ª Sessão Plenária reuniu cerca de 500 comerciantes paranaenses, que defenderam a necessidade

de alterações de alguns artigos que consideram fundamentais do texto até agora aprovado pela Constituinte. Entre eles, a licença-paternidade, a redução da jornada de trabalho e a ampliação da licença-maternidade.

A Federação está disposta a recorrer ao STF para pedir a declaração de inconstitucionalidade da Constituição a ser aprovada, caso não sejam respeitados os dispositivos legais.

— Da maneira com o processo está sendo conduzido, poderemos colocar em xeque a legitimidade da Assembléia Constituinte, que não está conseguindo aprovar um texto que possa se transformar na futura Constituição do Brasil. No máximo, o resultado de tanto trabalho serve apenas como reflexão acadêmica — criticou Oliveira.

Firjan definirá reivindicações na quinta-feira

Os empresários fluminenses vão definir quinta-feira, num encontro com parlamentares que terão na sede da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), o trabalho que pretendem fazer junto à Constituinte na segundo turno de votação para conseguir a supressão de dispositivos aprovados que consideram prejudiciais à atividade econômica do País.

— Temos que resgatar a omissão que adotamos durante a elaboração da nova Carta, na suposição de que política era só dos políticos, com um trabalho de participação política com "P" maiúsculo, que hoje se mostra imprescindível nesta fase final de votação — afirmou Arthur João Donato, Presidente da Firjan.

Os principais itens destacados pelos empresários para serem suprimidos do texto constitucional aprovado até agora são o tabelamento dos juros bancários em 12%, a jornada de trabalho de seis horas em turnos contínuos, a licença paternidade de oito dias e as exigências para o in-



Donato: Para reparar omissão

gresso do capital estrangeiro no País.

Para Donato, esses pontos não deveriam ser matéria constitucional e

sim definidos em legislação ordinária. O empresário, que fez vários telefonemas ontem convidando pessoalmente políticos, empresários e jornalistas para participar do encontro, observou que a atuação do empresariado do Rio na Constituinte vai ser primeiro através da informação e do esclarecimento, para gerar opinião pública e influenciar os constituintes, e, depois, pelo contato pessoal com os parlamentares.

Os constituintes Francisco Dornelles, Sandra Cavalcanti e Luis Roberto Ponte são alguns nomes convidados por Donato para o encontro, que segundo o empresário vai procurar fazer uma avaliação da atual situação de votação da nova Constituição, para uma identificação dos dispositivos que têm ou não chances de serem suprimidos. Donato pretende também que o encontro seja um fator de atração do próprio empresariado para que ele se mobilize nesta última oportunidade que terá para influir em decisões que serão determinantes na sua atividade.